



Vol. 10, Nº 22 (junio / junho 2017)

O CAJUEIRO REI E O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO COMUNITÁRIO EM CAJUEIRO DA PRAIA, PIAUÍ, BRASIL

Amanda Maria dos Santos Silva

Mestre em Educação Brasileira (UFC)
Professora da Universidade Federal do Piauí
– UFPI
Email:
amssphb@gmail.com

Josieda Gomes Costa

Graduanda em Bacharelado em Turismo – Universidade Federal do Piauí – UFPI
Email: josiedac@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Amanda Maria dos Santos Silva y Josieda Gomes Costa (2016): "O Cajueiro Rei e o desenvolvimento turístico comunitário em Cajueiro da Praia, Piauí, Brasil", Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 22 (junio/junho 2017). En línea: <http://www.eumed.net/rev/turydes/22/turismo-cajueiro-rei.html>

RESUMO

Este estudo tem como finalidade pesquisar a utilização do Cajueiro Rei para o desenvolvimento do Turismo Natural da comunidade de Cajueiro da Praia-Piauí, bem como compreender que relações são estabelecidas entre os trabalhadores que atuam no atrativo. Metodologicamente foram entrelaçadas fontes bibliográficas e orais coletadas a partir de pesquisa de campo realizada na localidade através da aplicação de questionários com sete condutores de turismo e com entrevista realizada com a idealizadora do atrativo. Como resultado da pesquisa, observou-se que a utilização do Cajueiro Rei para o desenvolvimento do Turismo Natural da comunidade do Município de Cajueiro da Praia encontra-se, atualmente, em estágio embrionário de desenvolvimento, sendo o atrativo mais lembrado pelo fato da recente denominação científica de maior cajueiro do mundo.

Palavras-chave: Cajueiro Rei; Turismo Natural; Cajueiro da Praia.

ABSTRACT

This study has the purpose of searching the Cashew Tree king utility for the development of the natural tourism in Cajueiro Da Praia community. Also, it has the purpose to understand which relationships between the workers, who work in that place, were established. Bibliographical sources and personal interviews, made of field researches which happened at the community through surveys answered by seven tour guides and the event's idealizer, were methodologically unified. As a result, the research shows that currently the use of the Cashew king for the development of the natural tourism in Cajueiro Da Praia city is still in its infancy, being it only known by the recent scientific denomination of the larger Cashew Tree of the world.

Keywords: Cashew Tree King; Natural Tourism; Cajueiro da Praia.

INTRODUÇÃO

No conceito de Barbosa (2016: 108) o Turismo é uma “força econômica das mais importantes do mundo”, devendo ser incluída nas pautas da política econômica de todos os países, regiões e municípios, sendo o efeito multiplicador da atividade turística “uma consequência positiva para o desenvolvimento local e/ou regional, uma vez que não é apenas o núcleo receptor que se beneficia”. Desse modo, qualquer município pode se ter beneficiado pelo Turismo, caso de Cajueiro da Praia onde o Turismo de Sol e Praia, o Ecoturismo, ou seja, o Turismo Natural em geral, vem sendo paulatinamente implementado.

Nesse sentido, Gorni e Dreher (2016: 541) informam que entre os diversos e variados segmentos da atividade turística, se destaca o Turismo de Natureza (TN) que engloba diferentes motivações em sua prática “em especial o contato com o ambiente natural, a vivência em ambientes tranquilos, a busca por um espaço de convívio com a flora e a fauna, ou a experiência diferente daquela vivida nos grandes centros urbanos.

Para Gorni e Dreher (2016: 571) o ambiente natural é o principal recurso para o “desenvolvimento e para a manutenção da competitividade do TN”, embora esse tipo de turismo tenha como uma de suas características a dependência da conservação ambiental e a manutenção da “qualidade de vida dos seus recursos naturais”.

São com esses argumentos que se formou a pretensão deste trabalho de pesquisa, ou seja, na aquisição de um melhor esclarecimento a respeito da importância do cajueiro rei, uma planta, no desenvolvimento turístico da comunidade do município de Cajueiro da Praia, no litoral do estado do Piauí, considerado um destino turístico de vários segmentos, a exemplo do ecoturismo e de Turismo de Sol e Praia.

E é nesse ponto que se reportam as argumentações iniciais responsáveis pela justificativa desta pesquisa, em especial ao turismo natural focado no Cajueiro Rei, uma planta que vem sendo objeto de discussão sobre a sua influência e importância para o desenvolvimento desse tipo de turismo no município de Cajueiro da Praia, no litoral do Piauí. Tal concepção, então se deu, em virtude da crença dessa pesquisadora de que o Cajueiro Rei vem há décadas representando seu papel de elemento constitutivo que fazem do município de Cajueiro da Praia um destino turístico de Turismo Natural, comprovadamente já constatado pela prática do Ecoturismo, do Turismo de Sol e Praia, entre outros que estão promovendo o desenvolvimento local destacado anteriormente.

Quanto à questão gênese formadora deste estudo, esta diz respeito a que conhecimento se pode adquirir sobre a utilização do Cajueiro Rei para o desenvolvimento do Turismo Natural da comunidade do Município de Cajueiro da Praia-PI?

Atendendo a essa questão o seu objetivo geral foi pesquisar sobre a importância e influência do Cajueiro Rei para o desenvolvimento do Turismo Natural da comunidade do Município de Cajueiro da Praia-PI. E os específicos foram: investigar os benefícios proporcionados pelo Cajueiro Rei ao Turismo Natural da comunidade do Município de Cajueiro da Praia, identificar os aspectos relativos à conservação do Cajueiro Rei como elemento de desenvolvimento do Turismo

Natural do Cajueiro da Praia e determinar os argumentos identificadores do Cajueiro Rei como fator de desenvolvimento do Turismo Natural do Cajueiro da Praia.

Em termos introdutórios, este estudo dedica a sua atenção ao fato citado em virtude do recente reconhecimento quanto ao título de maior cajueiro do mundo, pelo qual o cajueiro a ser pesquisado vem tentando ser o legítimo merecedor do mesmo.

PERCURSO METODOLÓGICO

O primeiro caminho a ser percorrido nesta pesquisa quanto à abordagem, segundo as fontes consultadas, foi o qualitativo. Para Martins (2016, p. 292) nesse tipo de abordagem: “A variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva”.

Em relação aos seus objetivos, o caminho percorrido foi o explicativo por exibir de sua pesquisadora uma diversidade de informações sobre o que pretende investigar, sem qualquer interferência da mesma. Na noção de Andrade (1999: 17-18) neste tipo de pesquisa. “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles”.

Há de se observar que, em razão de desejar um rol de maiores informações sobre o assunto a ser pesquisado, também quanto aos seus objetivos, este trabalho também percorreu o caminho exploratório. Para Andrade (1999: 17) são finalidades da pesquisa exploratória “proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar, facilitar a delimitação do tema da pesquisa, orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto”.

Diante seu ambiente, o percurso deste trabalho foi o bibliográfico, em razão de se utilizar de pressupostos teóricos que constituem uma variedade de informações sobre o objetivo de pesquisa, a exemplo de livros, artigos científicos, monografias e outros materiais já publicados a seu respeito. Na concepção de Gerhard e Silveira (2009: 37) essa abordagem “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos”.

Aliada à sua abordagem bibliográfica, frente ao seu ambiente, este trabalho realizou uma pesquisa de campo que, para Gerhardt e Silveira (2009: 37) é caracterizada “pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realizada coleta de dados junto a pessoas”, caso peculiar desta pesquisa.

Este estudo foi realizado em duas esferas de atuação. A primeira, com consulta dos pressupostos teóricos que serviram de fundamentação, e a segunda com a pesquisa de campo realizada no universo de sua aplicação, o município de Cajueiro da Praia, situado no pequeno espaço da costa litorânea do Estado do Piauí, com o oferecimento de produtos turísticos relativos aos turismos de Sol e Praia, de Natureza, Ecoturismo, entre outros.

A população desta pesquisa teve como participantes sete (07) condutores(as) da única associação estabelecida no município citado reportada à conservação e preservação do Cajueiro Rei, bem como a precursora e idealista do fato do Cajueiro Rei ser pauta de debates, como sendo o maior

cajueiro do mundo, em busca de um melhor esclarecimento do objeto investigado. Para a consulta dessa amostra, os instrumentos de coleta de dados utilizados foram uma entrevista e um questionário semiestruturado, sendo tal exame realizado por intermédio da Análise de Conteúdo (AC) que, apoiando-se em Farago e Fofonca (2016: 27), suas fases foram ordenadas em três (03) encaminhamentos: “1. A pré-análise; 2. A exploração do material; e, por fim; 3. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação”.

Há de se observar as obediências à ética aplicada nesta pesquisa, visto que aos seus participantes serão entregues o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), informando-lhes da pretensão da pesquisa, seus objetivos e outros fundamentos éticos disponíveis.

O TURISMO E SEU PLANEJAMENTO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Antes de adentrar-se no assunto a ser considerado, faz-se necessário reportar-se ao esclarecido por Barbosa (2016: 107) quando informa que a literatura referente ao desenvolvimento, em termos gerais, “não tem dedicado ao Turismo uma atenção à altura que ele possui”, lembrando que as razões desta postura ainda “não são muito clara”, e parecendo ser responsável o fato de o Turismo de massa tratar-se de um acontecimento recente (pós-Segunda Guerra Mundial), bem como “não ter a mesma representatividade para todas as cidades e/ou região”. Aliado a isso, esse desprezo também pode ter como causa a frequência de associação entre “lazer e descanso”.

Entretanto, Barbosa (2016: 107) argumenta que o turismo não se restringe apenas a “um grande significado econômico em muitos casos, sendo fonte de renda e de divisas, mas também exerce impactos relevantes sobre a cultura e o espaço (natural e social) da área receptora dos turistas”. Nesse ponto, há de se verificar alusões ao tema escolhido, visto o município de Cajueiro da Praia encontrar-se no âmbito dos pequenos recantos turísticos do Piauí e, de uma certa forma, vem sendo também um espaço vulnerável aos impactos citados anteriormente pela autora que define o conceito de turismo como “pouco controverso”, visto a definição dada por outros autores que tratam do tema.

Nesse sentido, Barbosa (2016: 108) adverte que na análise do fenômeno turismo dois aspectos significativos devem ser levados em conta: “o interesse dos turistas e o interesse do local que recebe os turistas”. Nesse caso:

O primeiro procura regiões que oferecem atividades que ocupem seu tempo livre e que atendam a seus interesses. O segundo visa atrair os turistas para ocupar o tempo livre dos mesmos por meio das atrações que já possui ou que pode criar. O relacionamento entre essas duas partes produz resultados que levam o local visitado ao desenvolvimento econômico, à medida que a localidade se organiza e dinamiza o setor turístico. É justamente nesse ponto que o turismo começa a produzir seus resultados, como a circulação da moeda, o aumento do consumo de bens e serviços, o aumento da oferta de empregos, a elevação do nível social da população e ainda o aparecimento de empresas dedicadas ao setor (agências de viagens, hotéis, restaurantes, transportes, cinemas, etc.)

Necessário se faz, então, o retorno ao termo desenvolvimento, especificamente em relação ao desenvolvimento sustentável, considerado um dos princípios que norteiam o turismo com maior prevalência na atualidade, além de ir em confronto com a temática concebida por este trabalho. Dessa forma, preliminarmente, desenvolvimento pode ser conceituado partindo da noção de Wolfe apud Galvão (2004: 21-22) que já assegurou ser a expressão do desenvolvimento “a aspiração a uma sociedade melhor”, requerendo alternativas “oriundas dos juízos de valor relativos ao conteúdo e características de uma sociedade melhor”, bem como:

Também implica juízos de valor concernentes ao direito da sociedade existente de fazer tais escolhas e aplica-las através de políticas desenvolvimentistas, seja agindo mediante o consenso geral, seja em virtude de seus agentes proclamarem-se representantes dos melhores interesses sociais. Pode-se pressupor, ainda, que as opções são tidas por viáveis e não utópicas; devem enquadrar-se, em cada sociedade, nos limites fixados pelos processos de desenvolvimento e pela capacidade dos mesmos, no segundo sentido. A concepção de desenvolvimento como uma expiração orientada por valores proporciona um ponto de referência para esclarecer o que pretende fazer e o que pode fazer cada sociedade e quais as conseqüências e requisitos a curto, médio e longo prazo.

De acordo com o enunciado, pode-se compreender que as sociedades devem ser responsáveis pelo nascimento de seu próprio modelo de desenvolvimento, conforme suas necessidades e desejos, tratando-se de outro foco de atenção desta pesquisa, esclarecido posteriormente. Desse modo, há de se concordar com a autora quando relata que seguir os passos de progresso dos países desenvolvidos “não é traçar um caminho direto ao desenvolvimento econômico”, visto que diversas vezes “esse traçado acaba por descartar a diversidade de situações, regimes e cultura das variadas localidades, além de seus verdadeiros interesses para a melhoria de vida de seus membros”.

Na continuidade de suas considerações, Galvão (2004: 22) já asseverou que a concepção de melhoria na qualidade de vida de uma sociedade não é alcançada, “obrigatoriamente, por todas as sociedades através da modernização industrial ou por um modelo único de política econômica”, em razão do crescimento econômico nem sempre corresponder a uma melhoria na qualidade e oportunidades de vida de toda uma população. Acrescentado o dito, Souza apud Rodrigues (1997: 18) já havia especificado:

Desenvolvimento não deve ser entendido, sublinhe-se, como sinônimo de desenvolvimento econômico, embora muitos, e não só economistas, continuem a reduzir aquele a este. [...] o desenvolvimento exige a consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política) e, também, do espaço natural e social.

Nessa linha de pensamento, Galvão (2004: 22-23) também já se referiu ao fato de que considerar a industrialização e o desenvolvimento técnico-científico um exemplo a ser seguido por todos, “tem gerado grandes desgastes na organização de vida das populações e seu meio”, visto que para a manutenção e expansão desse modelo de desenvolvimento, tem sido necessária uma permanente transformação no modo de vida das populações, além da influência que exerce em suas

características socioculturais, bem como na “intensa exploração de recursos naturais não-renováveis, o que nos permite prever um desequilíbrio ambiental bastante prejudicial às futuras gerações”.

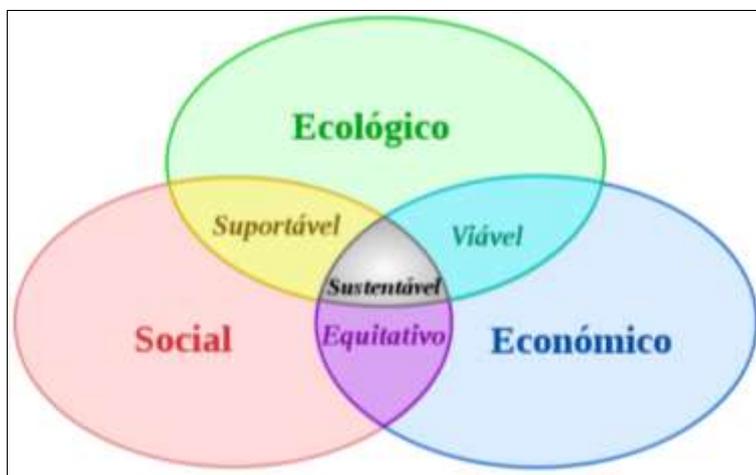
Consolidando seu pensamento, Galvão (2004: 22-23) enfatiza que face às crises vivenciadas pela variedade de sociedades mundiais em relação a esse desenvolvimento espelhando na modernização tecnológica, “deparamo-nos com o repensar desse caminho desenvolvimentista, gerando a discussão de um novo modelo de desenvolvimento que possa provocar menos impacto sociocultural e ambiente”, tornando-se providencial a adaptação de políticas financeiras que permitem manter a diversidade das sociedades, adequando o desenvolvimento e a modernização aos aspectos econômicos, sociais e ambientais das mesmas.

Contribuindo com as considerações do momento, Leff (2001: 15-16) já revelou a evidência da crise ambiental no século XX, refletida na “irracionalidade ecológica dos padrões de produção e consumo, e marcando os limites do crescimento econômico”. Na realidade, teve-se início “o debate teórico e político para valorizar a natureza e internalizar as ‘externalidades socioambientais’ ao sistema econômico”. Para Galvão (2004: 23) esse modelo desenvolvimentista concebida veio respaldado na concepção de sustentabilidade, isto é, “na manutenção sociocultural das populações e dos recursos naturais de que essas se utilizam para se manter”. E Montibller-Filho (2001: 47-48) noticia que também no século XX (1980) é que surgiu o termo desenvolvimento sustentável, tendo o mesmo como princípios:

Integrar conservação da natureza e desenvolvimento; satisfazer as necessidades humanas fundamentais; perseguir equidade e justiça social; buscar a autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural; manter a integridade ecológica.

Nesse ponto, convém lembrar que, em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991: 46) reescreve a sua definição o Relatório Brundt Land de desenvolvimento sustentável, passando o mesmo a ser “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. Nas palavras de Silva (2013: 66), por intermédio desse relatório, a concepção de sustentabilidade “ganhou uma perspectiva mais abrangente”, sendo composta por três componentes interligadas, conforme o demonstrado na figura 01.

Figura 01: Desenvolvimento sustentável na confluência das suas três componentes.



Fonte: Silva (2013: 66)

Silva (2013: 66) informa que a sustentabilidade ecológica requer uma “gestão eficiente” das disponibilidades naturais e energéticas, bem como a “minimização dos impactos e a adoção de medidas que garantam a conservação e valorização dos ecossistemas e das espécies”, lembrando que circunstâncias reportadas com as transformações climáticas também ganharam predominância “nas preocupações e na investigação. Segundo o autor, a sustentabilidade social está relacionada “à valorização das capacidades humanas, a uma melhor distribuição do rendimento e à garantia de condições sociais e direitos humanos”. E Sachs assegura que essa segunda componente de desenvolvimento sustentável impõe a recolocação da economia e da política em prol de um projeto societário em que o objetivo social esteja argumentado “pelo postulado ético de solidariedade intrageracional e de equidade materializada num contrato social”.

E quanto à sustentabilidade econômica, aspecto também considerado neste estudo, Silva (2013: 66-67) relata que tal componente do desenvolvimento sustentável requer uma substituição da noção clássica, amparada quase especificamente do “crescimento e no capital” por outra que releva como essencial “o equilíbrio entre estes aspectos e a gestão eficiente dos recursos naturais a proteção do ambiente e a valorização dos recursos humanos, com especial ênfase na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e, em particular, das comunidades locais”, temática concebida neste estudo.

Nesse caso, tem-se o conhecimento de que o Turismo é uma força econômica das mais significativas do mundo. Para Barbosa (2016: 108-111) o Turismo é uma “atividade transformadora do espaço” em razão de necessitar da existência “de uma organização dentro do setor que promove as viagens e beneficia os locais receptores, pelos meios que utiliza e pelos resultados que produz”. Segundo a autora, são incontestáveis os resultados financeiros decorrentes dessa atividade que deve ser incluída na pauta da política econômica de todos os países, regiões e municípios E, na realidade:

Atualmente, muitos governos interessados em promover o desenvolvimento regional e local vêm no turismo um poderoso aliado na busca desse desenvolvimento. De fato, classificado como a principal atividade econômica do mundo, superando até mesmo o petróleo em geração de divisas internacionais, o turismo tornou-se “objeto de desejo” para muitas regiões. Assim, governos nacionais e locais, juntamente com uma considerável parcela de empresários e outros agentes econômicos, assimilaram o discurso que coloca o desenvolvimento do turismo como grande alternativa de política econômica.

Especificamente em relação ao turismo com base local, tema de maior expressão deste trabalho, Barbosa (2016: 111) enfatiza que o mesmo “representa uma saída às tendências de produção de uma imagem estereotipada (destruição de suas singularidades)”. Aliado a isso, impede que haja destruição da paisagem, degradação do meio ambiente “e descaracterização de culturas tradicionais”. Entretanto:

O turismo com base local ou regional constitui numa mediação possível de dar algum dinamismo econômico aos lugares, representada pela possibilidade de geração local ou regional de ocupação e renda, que por sua vez, constitui o braço economicista da ideologia do localismo/regionalismo. O desenvolvimento local alavanca a possibilidade de equalizar 5 objetivos: preservação/conservação ambiental, identidade cultural, geração de ocupações produtivas e de renda, desenvolvimento participativo e qualidade de vida.

Nesse ponto, convém lembrar do planejamento turístico e o desenvolvimento local, sendo necessário anteriormente fundamentar-se no conceito de planejamento de Baptista apud Ruschmann (2000: 66) quando já considerou o planejamento como sendo, em termos gerais, “um processo permanente e metódico de abordagem racional e científica dos problemas”.

Diante do planejamento referente ao turismo, segundo Santos (2012: 20) este é considerado “uma ferramenta essencial no desenvolvimento de um turismo equilibrado, que se adapta ao meio causando o mínimo de empregos negativos possível”, em razão de ser o planejamento turístico ser o responsável pelo desenvolvimento da atividade turística “de forma adequada, sem trazer danos à sua própria fonte de existência”. Nesse sentido, Ruschmann e Widmer (2000: 67) já conceituaram que o planejamento turístico é:

O processo que tem como finalidade ordenar as ações humanas sobre a localidade turística, bem como direcionar a construção de equipamentos e facilidades, de forma adequada, evitando efeitos negativos nos recursos que possam destruir ou afetar sua atratividade.

Quanto ao cenário do planejamento turístico é providencial, nas palavras de Santos (2012: 23), a “participação do ator social na busca da sustentabilidade da atividade turística”, o que Ruschmann (1997: 90) já pronunciou:

Geralmente os recursos turísticos naturais estão situados em territórios de pequenas comunidades, o que significa a existência de uma população fixa,

reduzida e que dispõe de poucos recursos financeiros para os investimentos e as medidas de manutenção de atratividade do local.

Nesse caso, no planejamento turístico frente ao desenvolvimento local é significativa a participação das comunidades nesse processo, visto serem as mesmas detentoras do conhecimento da realidade do espaço que, na concepção de Santos (2012), “aliado ao conhecimento técnico de profissionais de planejamento é capaz de traçar o caminho certo para o desenvolvimento do turismo na destinação”. Nessa linha de pensamento, Irving et al. (2005: 5) asseguram:

A população local é conhecedora e vivência a sua realidade imediata, sendo capaz de identificar problemas e necessidades, avaliar alternativas, desenvolver estratégias para proteção e/ou valorização do patrimônio natural e cultural e buscar soluções para os problemas identificados, sugerindo carinhos que levem à melhoria da qualidade de vida, ao fortalecimento da cultural local e ao bem-estar social.

Portanto, é com o direcionamento dos benefícios do planejamento no desenvolvimento turístico local (uma comunidade, no caso deste trabalho) que se ressalta a existência de uma planta (Cajueiro Rei) que pode ser pauta de debates em virtude de compor um dos aspectos materiais capazes de promover o Turismo Natural no município de Cajueiro da Praia, bem como também pode ajudar a manter e melhorar o meio ambiente, sendo este também um dos princípios fundamentais dessa forma de turismo, alternativa de novas culturas, consciências e estilos de vida.

O TURISMO COMUNITÁRIO

Na concepção de Coriolano et al. (2003: 16) ocorrem algumas modalidades de resistência diante do Turismo global, convencional, reportado aos megaempreendimentos com o objetivo de especulação imobiliária da costa litorânea. Segundo os autores, “os motivos dos conflitos, emanados do espaço mercadoria, tornam-se objeto das estratégias que visam impulsionar a acumulação de capital e dominar grupos sociais”. Tal fato aumenta o âmbito de tensões e conflitos, visto encontrar-se em debate é tornar uma coisa certa e duradoura da “produção e reprodutibilidade das relações sociais de produção, fundamentais e essenciais ao capitalismo, por meio da produção do espaço e para Turismo”, sendo desse modo que acontece o “processo de expropriação de terras no litoral nordestino, desencadeando as resistências dos espoliados, neste caso na forma de turismo comunitário”.

Coroliano et al. (2009: 17) esclarecem que os movimentos vistos como oponentes da “política de turismo como parte da política econômica global”, indo na posição contrária dessas concepções, produzem o denominado turismo alternativo, dotado de “responsabilidade socioambiental, solidário ou comunitário”. Na realidade:

Há dois movimentos do turismo alternativo, um partindo de residentes e outro partindo de turistas. O primeiro envolve lugares e pessoas excluídos do turismo formal, dos circuitos globais que buscam formas de inserção na produção de serviços alternativos: pequenas pousadas, pequenos e micro negócios, voltando-os à valorização da cultura e dos valores locais,

pressionando sua entrada na cadeia produtiva do turismo, pelo chamado “circuito inferior”.

Bartholo apud Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009: 55) enfatiza que um aspecto comum presente nas iniciativas de turismo de base comunitária “é o comprometimento ativo dos atores locais, situacionalmente afetados e em redes informacionais transnacionais”. Coriolano et al. (2009: 17-18) revelam que os fluxos de turismo comunitário em todos os continentes leva à compreensão da importância desse eixo do Turismo, “mesmo que muitos órgãos oficiais de Turismo o desconheçam ou o desprestigie por não gerar dívidas esperadas. Pode-se dizer que há turistas para todos os gostos e segmentos”, ressaltando:

O interesse pelo tema está relacionado às discussões sobre as possibilidades do turismo no combate à pobreza, na formação da “sociedade do aprendizado” e no crescimento das propostas da economia solidária e da economia de comunhão. Essas discussões remetem aos paradigmas do empreendedorismo, o qual valoriza as potencialidades das microempresas e da interatividade entre os espaços locais e regionais. Identificou-se formas de articulação de sinergias das regiões trabalhadas sob o impulso dos governos locais, das elites empresariais e de pequenos empreendedores locais, com organização de empreendimentos que possam competir na economia global com destaque para os Arranjos Produtivos Locais – APLs. As aglomerações produtivas territoriais constituem premissas para política de desenvolvimento social e caracterizam-se pela pluralidade de setores e por diferentes formas de organizações, adequando-se aos empreendimentos turísticos.

Nessa linha de pensamento, Bartholo apud Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009: 51) pronuncia que a mobilização das comunidades permite a “resistência e o questionamento dos rumos do desenvolvimento turístico nesse território”. Para o autor, a disputa pela posse da terra, pelo direito ao uso sustentável dos recursos naturais, ou até mesmo “a luta pelo direito à simples existência formam a base de uma coesão que fortalece o sentido de comunidade”.

Consolidando as considerações vistas até o momento, Coriolano et al. (2009: 66) relevam o turismo comunitário como sendo aquele em que as comunidades de modo associativo “organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo”, sendo uma das primeiras atitudes tomadas pelas comunidades a concepção de “um pacto interno com os próprios residentes em defesa de suas propriedades”.

Convém lembrar as palavras de Irving apud Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009: 109-110) quando assegura que a constatação de que o progresso no desenvolvimento turístico nem sempre tem favorecido as populações locais, “e tem sido frequentemente responsável por fenômenos significativos de exclusão social, passou a exigir medidas de ajuste em seu planejamento”. E a autora salienta que o debate no Brasil e no resto do mundo a respeito do Turismo e sustentabilidade passaram a indicar para a prática turística:

A conservação dos recursos naturais e culturais, o compromisso de desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras e a

participação dos atores sociais em todas as etapas do processo de planejamento e implementação de projetos, com a geração de benefícios para a população local e sua autonomia no processo de decisão

Nesse âmbito, Coriolano et al. (2009: 67) afirmam que, por intermédio do turismo comunitário, os residentes têm o “controle produtivo da atividade” indo do planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos, alcançam um melhor resultado para as suas economias e oportunidades para o local, bem como “se preocupam com o envolvimento participativo, não de forma individualista, daí o avanço para as gestões integradas dos arranjos produtivos locais”. Aliado a isso, executam projetos que “garantem melhoria das condições de vida local, além de preparem condições para receber visitantes e turistas de forma mais digna”.

Há de se ressaltar a síntese categoria de Irving apud Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009: 119), quando assevera que existe a possibilidade de inovar e o turismo de base comunitária parece “representar um excelente ‘laboratório’ de construção de novas realidades e transformação social, no caso brasileiro, se for interpretado como alternativa ética, duradoura e humanizante”. Portanto, residindo aí mais um ponto que vai em confronto com os objetivos pretendidos por esta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A título de adendo, faz-se necessário considerar o turismo de natureza em razão do local objeto da pesquisa de campo deste trabalho ter características reportadas a esse tipo de Turismo, face à sua área de praias e de uma planta (cajueiro), entre outros recursos naturais atrativos. Logo, na concepção de Rodrigues (2016: 1) existe uma nova base modificada em seus fundamentos motivacionais que se reporta em prol da evolução de um novo segmento turístico: o Turismo de Natureza. E a autora lembra que a maioria das pesquisas e estudos realizados a respeito das causas da busca por locais naturais para fins turísticos, revela serem três as principais razões para esse fato: “A saturação do turismo convencional, desenvolvimento do paradigma ecológico, a comercialização do eco e da natureza, assumidos, por esta via, como bens de consumo”. Nas palavras da autora:

As preferências dos consumidores e o grau de exigência em relação às áreas-destino, e a tudo quanto a elas diz respeito, evidenciam uma acentuada mudança. De facto, ao desenvolvimento de uma procura inicialmente pautada pelo produto “sol e praia”, sucede uma nova realidade, paradigma das alterações de mentalidades, comportamentos e estilos de vida emergentes nas sociedades actuais. O novo turista é um consumidor com critérios de avaliação cada vez mais afinados – em virtude da experiência de viajar adquirida, da quantidade de informação disponível e da consciência generalizada que emerge em protesto das condições de vida urbana – que se recusa a integrar o grupo dos massificantes e massificados por falta de preenchimento do requisito “qualidade”. Por conseguinte, o turismo convencional vê perder muitos dos seus adeptos, que passam a procurar alternativas adequadas aos seus graus de exigência (qualidade, diversidade,...).

Nesse ponto, Lascuráí apud Gorni e Dreher (2016: 571) comentando a respeito do Turismo de Natureza e sua dependência do ambiente natural e os benefícios promovidos pelo mesmo, esclarece:

Depende diretamente do uso dos recursos naturais no seu estado relativamente original, incluindo a paisagem como um todo, os aspectos topográficos e hidrográficos, a vegetação e a fauna selvagem. Nesta concepção de turismo, estão incluídas atividades esportivas como motocross, rafting e até caça em áreas despovoadas, ainda que o uso dos recursos naturais, pelos turistas, em muitos casos, não seja sensato, tampouco sustentável.

Denominado por alguns autores de turismo em espaços naturais, o Turismo de Natureza tem o meio ambiente como ponto central de sua oferta turística que, no conceito de Rodrigues (2016: 2) a demanda é manifestada em razão de uma “crescente sensibilidade pelo meio ambiente – ante os problemas ambientais e o caráter finito dos recursos – que, uma vez consolidada na sociedade, fez energia o paradigma ecológico”. Segundo a autora, é levantada a necessidade de uma determinação do uso adequado dos recursos naturais, como meio de “preservá-los e não a degradá-los, imprimindo, por sua vez, uma redefinição das formas de praticar Turismo”. Na realidade:

O turismo em espaços naturais passa a distinguir-se do turismo convencional, quer pelas motivações, quer pela atitude dos turistas face ao suporte físico que os acolhe, que, por sua vez, se distingue das outras áreas-destino pela singularidade dos seus recursos de alto valor ecológico e paisagístico, muitas vezes sujeitos a algum tipo de proteção.

Nesse âmbito, em virtude da pretensão deste trabalho encontrar-se reportada a uma planta (cajueiro) considerada um recurso natural que permeia o Turismo de Natureza e de repercussão nacional em face de sua disputa pelo título de maior do mundo, faz-se necessário considerar o que observam Gorni e Dreher (2016: 568) quando advertem que as instituições que atuam no mercado do Turismo de Natureza “requerem a implementação de estratégias que visem mantê-las competitivas no mercado e que, ao mesmo tempo, contribuam para o desenvolvimento sustentável deste setor”.

Gorni e Dreher (2016: 568), na continuidade de sua advertência, destacam entre as estratégias citadas “aquelas que surgem por meio de parcerias intersetoriais, nas quais a cooperação entre os setores (público, privado e terceiro setor) pode representar uma alternativa favorável à gestão das organizações, no que se refere à competitividade”. E ressalta:

No entanto, o que se constata é que as organizações privadas, juntamente com o poder público, não cooperam entre si para a sua conservação. Muitos problemas advindos do gerenciamento dos recursos turísticos naturais poderiam ser superados com a colaboração entre os setores.

De acordo com as considerações vistas, pode-se dizer que não só o desenvolvimento do Turismo Natural, mas o desenvolvimento do turismo em sentido geral é dependente de investimentos dos setores público e privado, em razão de concordar com Dias (2005: 140) quando assevera: “de qualquer modo que se aborde o Turismo, se trata sempre de uma combinação de atividades

privadas, que atraem consumidores que pressionam sobre uma oferta de bens, predominantemente públicos”. Nesse caso, encontra-se o Cajueiro Rei, objeto de estudo desta pesquisa.

Antes de tudo, há de se constatar que poucos são as ofertas de fontes que já se dedicaram a descrever sobre o município de Cajueiro da Praia, exceção feita a Bastos (1994: 98) ao sintetizar ser esta cidade criada pela Constituição Estadual do Piauí, em 5 de outubro de 1989, perfazendo um pequeno tempo de emancipação política, com sua característica de comunidade praiana permanecendo até hoje, destacando a existência de uma árvore frutífera (cajueiro) que, com os resultados de longas pesquisas científicas, hoje é considerado o maior cajueiro do mundo, sendo objeto de conhecimento deste enfoque.

Também, há de ser observado que sua Análise de Conteúdo foi realizada por intermédio da correlação de informações dos(as) condutores(as) com as considerações da precursora e idealista da recente identificação do Cajueiro Rei como o maior do mundo, além de ser considerada uma defensora do desenvolvimento do município. Aliado a isso, deve ser ressaltado que esta correlação terá característica de incisiva e oportuna.

Nesse caso, em termos sociodemográficos, os(as) condutores(as) apresentaram um percentual de 57% para o sexo masculino e 43% para o feminino, sendo a sua maioria compreendida na faixa etária compreendida entre 18 e 30 anos, havendo uma única exceção masculina para a idade entre 30 a 40 anos. Em relação ao estado civil, dois condutores são solteiros e dois casados, sendo as três mulheres soleiras. Diante do nível de escolaridade, o sexo masculino apresentou dois condutores com Ensino Fundamental completo, um condutor com Ensino Médio completo e um portador de curso superior. Já o sexo feminino revelou duas condutoras com Ensino Médio incompleto e uma com Ensino Fundamental incompleto. Constata-se ainda que houve apenas uma exceção diante da naturalidade, em razão dessa ser do próprio município da maioria da amostra deste estudo.

A título de acréscimo das considerações do questionário sociodemográfico, o tempo de atuação dos(as) condutores(as) é compreendido entre um e seis anos, em sua maioria, com apenas dois resultados apontando o tempo igual ou superior a dez anos. A ocupação anterior a de condutor(a) foi relativa a dois condutores que eram profissionais autônomos, um estava desempregado e outro era artesão, com o lado feminino apresentando todas estudavam antes de se tornarem condutoras. E quanto ao destino da arrecadação de valores recebidos pelos(as) condutores(as), no lado masculino, prevaleceu a alternativa da conservação e preservação do Cajueiro Rei (três condutores) e da associação que promove a atuação deles (condutor).

Em termos analíticos, é constatado que os(as) condutores(as) pertencem a uma só associação, a Cajuecotur, formada em 2010, cujas melhorias pretendidas pelos(as) mesmos(as) são distintas, podendo ser destacadas: “incentivos públicos... o local fica desacreditado de ter o cajueiro maior do mundo” (condutora três) e “infraestrutura e apoio dos órgãos públicos” (condutor quatro). Caso se vê, é verificada uma falta de atenção com as melhorias que devia ser feitas por parte do Poder Público, o que é confirmado nas palavras da idealista do desenvolvimento da comunidade do município, quando em relação aos benefícios que o título de maior cajueiro do mundo foi dado ao Cajueiro Rei:

Qual é o benefício que se vai trazer? Entendeu? Lógico, que era um título a mais para o cajueiro que o município ecológico, mas qual é a estrutura e o que você pode perceber como turismóloga e como as meninas daqui que são formadas em turismo que o poder público não faz nada! Não de importância ainda, que não deu e nem dá...! Você tira que as próprias pessoas que colocam na Secretaria de Turismo, são pessoas que não da importância para isso, só da importância para dizer! “A nos termos a Cajueiro Rei”, mas não é você dizer que tem o Cajueiro Rei, é você ter, é você preservar, é você buscar uma sustentabilidade para o município, uma das coisas que me chocam muito, em relação a Cajueiro Rei, e peixe-boi, é que a própria escola que eu trabalho eles não dão a devida importância.

A entrevistada, então, confirmou o enunciado pelos(as) condutores(as), enfatizando parecer ser o benefício alcançado com o título apenas um a mais. Nesse sentido, na existência ou não de algum incentivo por parte das políticas públicas em relação ao desenvolvimento turístico do município face ao Cajueiro Rei, o destaque vai para a maioria respondendo que “não”, com ressalva para os incentivos vindos exclusivamente da associação (Cajuecotur), embora apareça o interesse político na visão do condutor três:

A descoberta do Cajueiro Rei está bem recente, foi em 2014, e toda a divulgação foi somente por interesse político, na época de eleição para governo, quem fez o marketing nas redes sociais, chamando agrônomos, medidores, foi o secretário de Turismo da época o Silvío Leite, simplesmente para ganhar votos, tudo no jogo de interesse da política, em relação ao Cajueiro Rei, não existe registro de nada nem em prefeitura somente a lei criada mesmo.

Em relação às mudanças positivas e negativas que foram percebidas com o aparecimento do turista na comunidade, vários aspectos foram levantados (falta de disposição dos moradores em informar, o aumento do fluxo turístico, entre outros, valendo relevar a entrada de “renda e conhecimento para a comunidade” como aspecto positivo e “a falta de informação deixa o turista confuso”, segundo a condutora quatro. Aliado a isso, a questão mais frequente dos turistas vem ser a do local da semente do Cajueiro Rei, um tema ainda a ser explorada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstrar um melhor esclarecimento sobre a importância do Cajueiro Rei para o desenvolvimento do Turismo Natural da comunidade de Cajueiro da Praia, é constatar que o município tem no trabalho desenvolvido pelos(as) condutores(as) a conservação e preservação dessa planta que orgulhosamente se apresenta no momento como a maior do mundo em sua espécie, colaborando dessa forma com esse desenvolvimento, logo, certificando também a sua importância nesse processo.

Nesse caso, diante dos benefícios promovidos pelo Cajueiro Rei ao Turismo Natural da comunidade de Cajueiro da Praia, estes dizem respeito aos aspectos positivos, relevando a

disposição de renda para a comunidade, e aspectos negativos, caso da falta de informação dos ambientes sobre o potencial turístico da planta e do local onde ela encontra-se, entre outros.

Já os aspectos relativos à conservação do Cajueiro Rei como elemento de desenvolvimento do Turismo Natural da comunidade de Cajueiro da Praia, dizem respeito basicamente à ação da única associação que tem esse objetivo na comunidade. E quanto aos aspectos identificadores do Cajueiro Rei como fator de desenvolvimento do Turismo Natural da comunidade Cajueiro da Praia, o maior deles está no fato de ter relevantemente sido considerado o maior do mundo, embora a disponibilidade das políticas públicas ainda deixa a desejar diante de tal constatação.

A título de sugestão, fica o interesse no despertar de novas pesquisas que venham contribuir com o pequeno e raro rol de trabalhos que já se reportaram a um tema desafiador e merecedor de atenção.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Fábila Fonseca. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. Caminhos de Geografia – Revista online. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html>. ISSN 1678-6343.
- BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. São Paulo: Letra e Imagem, 2009.
- BASTOS, Cláudio. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CORIOLOANO, Luiz Neide M. T. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança**. Fortaleza: EdUECE, 2009.
- FARAGO, Cátia Cilene; FOFONCA, Eduardo. **A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações**. Disponível em: <http://www.analise_conteúdo-perspectiva>. Acesso em: 10 out. 2016.
- GALVÃO, Jucilene. **O processo de planejamento do turismo de natureza: reflexões sobre a construção da política municipal de desenvolvimento sustentável do turismo de Brotas**. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Rio Claro-SP, 2004.
- GORNI, Patrícia Monteiro; DREHER, Marialva Tomio. Estratégias Intersectoriais no Desenvolvimento do Turismo de Natureza: desafios e perspectivas. Disponível em: <http://www.estrategia_intersectoriais-desenvolvimento-turismo-natureza>. Acesso em: 20 maio 2016.
- LEFF, E. **Saber ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MONTIBELLER-FILHO, G. **O Mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: UFSC, 2001.

RODRIGUES, Carla. Turismo de natureza: o desporto de natureza e a emergência de novos conceitos de lazer. Disponível em: <http://www.turismo_natureza.desporto_natureza_emergencia-novosconceitos-lazer>. Acesso em: 20 maio 2016.

SILVA, Francisco Antônio dos Santos. **Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Lisboa – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. Lisboa, 2013.

SOUZA, M. J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local?. In RODRIGUES. A . B. (Org.). **Turismo desenvolvimento local**. SP: Hucitec, 1997.